



setembro de 2018

É hora de transformar a rejeição à reforma do ensino médio e a BNCC em ação direta

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Retomar o caminho da luta contra o fechamento de escolas e salas.
- Impor a redução do número de alunos por sala.
- Reposição das perdas salariais e fim das provas de mérito.

Nossa posição diante das eleições Votar nulo pela construção do partido da classe operária

As eleições ocorrem em meio ao mais profundo ataque aos professores e demais explorados. A frente golpista derrubou o governo de Dilma para cumprir a exigência do capital financeiro de impor as reformas antinacionais e antipopulares, em favor da continuidade do pagamento da gigantesca dívida pública. A ditadura civil de Temer, assim, impôs a PEC do Teto, que corta recursos de áreas essenciais, como a saúde e a educação. Em seguida, aprovou a reforma trabalhista, materializando a sanha dos capitalistas de aumentar a jornada de trabalho e reduzir os salários, bem como a eliminação de conquistas dos assalariados ainda contidas na CLT. Ao mesmo tempo, avançou com a terceirização para todas as funções, o que inclui a educação.

Trata-se de um duro golpe aos trabalhadores, porque estão obrigados a trabalharem mais e receberem menos. Juntamente com essas medidas, decretou a reforma do ensino médio e, agora, a concretiza por meio da BNCC. Opostamente à campanha governamental, essa reforma nada tem a ver com a qualidade do ensino e com a profissionalização da juventude, mas sim com a privatização e a terceirização. Em cima de sua mesa está a reforma da previdência, que criará mais obstáculos para se alcançar a aposentadoria.

Como se vê, o governo e os capitalistas vêm descarregando a crise econômica sobre os ombros dos explorados, no entanto, não dá sinais de arrefecimento. O que exigirá medidas mais profundas ainda. É nessas condições que ocorre a mais antidemocrática das eleições após a ditadura militar.

É nessas condições que o governo e os meios de comunicação monopolistas convocam os oprimidos a comparecerem às urnas. É nessas condições que os candidatos, da direita à esquerda, prometem um "Brasil melhor". Independentemente de quem será eleito, todos estarão submetidos às exigências do grande capital. Não será por meio de eleições que os explorados derrubarão as reformas do governo golpista e imporão o não pagamento da dívida pública. Ao contrário, para enfrentar essa dura realidade, só há um caminho, o da luta direta (coletiva), portanto, com os métodos próprios da classe operária (greves, manifestações, etc.).

A Corrente Proletária, diante da podridão burguesa, das draconianas medidas contra os explorados e da barbárie capitalista, se coloca no campo da independência de classe, defendendo o voto nulo pela construção do partido revolucionário do proletariado, que tem como estratégia a revolução social e o governo operário e camponês.

Governo realiza mais uma audiência pública para defender a BNCC É preciso erguer a luta para derrubar a Base e a reforma do ensino médio!

Aconteceu, no dia 14 de setembro, em Brasília, mais uma audiência pública sobre a BNCC, organizada pelo governo de ditadura civil de Temer. Seu objetivo era – como, aliás, tem sido – mascarar o caráter antidemocrático do processo de implementação da reforma do ensino médio – vale lembrar que a aplicação desta está vinculada à aprovação da Base. A audiência contou com um limitado protesto organizado pelo sindicato.

Nas últimas semanas, os secundaristas de São Paulo

também realizaram dois atos contra a reforma do ensino médio e a BNCC. Mostraram disposição de luta. Disposição de luta certamente existe entre os professores, funcionários de escola e estudantes. Mas, permanecem todos imobilizados pela política de suas direções, envolvidas até o pescoço na disputa eleitoral. Estas não querem saber de realizar assembleias, paralisações e outras medidas concretas, no campo de luta próprio dos trabalhadores, com o método da classe operária.

Nossas propostas para a Assembleia

1. Retomar o caminho da luta contra o fechamento de escolas e salas

É preciso transformar a campanha de denúncia contra o fechamento de salas em ação prática. As pressões nas diretorias de ensino e em outros órgãos do governo não farão o governo recuar. A experiência de 2015, por meio da bandeira “Escola fechada, escola ocupada” tem de ser retomada. Necessitamos de um movimento que implica a mobilização de professores, funcionários, pais e alunos. Portanto, a unidade na ação coletiva. Como sempre, o governo trabalha com a divisão entre professores. Uma parcela está acomodada porque não se sente atingida. Há uma outra parcela que está preocupada com a perda de aulas, subemprego ou desemprego. A nossa tarefa é unir a escola contra o governo, que vem destruindo a escola pública.

Proposta:

Convocar uma nova assembleia unitária (professores, funcionários e estudantes). O que implica uma grande campanha para que a assembleia seja massiva e aprove a retomada da luta interrompida em 2015.

2. Impor a redução do número de alunos por sala

A política do governo é fechar salas e superlotar outras. Em quase todas as escolas, hoje, temos salas fechadas ou turnos. Se é real que não há “demanda”, como diz o governo e seus porta-vozes nas diretorias de ensino, é mais do que justo exigir a redução do número de alunos por sala. No entanto, quando exigimos a redução, cai por terra o argumento falacioso da falta de demanda. Está aí por que não podemos cair nessas falsas justificativas. A reivindicação de 25 alunos por sala unifica os professores e estudantes. Isso por que combate o desemprego e subemprego e permite melhores condições de ensino.

Proposta:

Que a assembleia dê um passo à frente na efetivação da reivindicação de 25 alunos por sala. Que as matrículas sejam feitas nas escolas, que os alunos e pais decidam onde estudar, fim de todos os critérios que impedem as matrículas. E o método inicia pela convocação da assembleia geral de todos aqueles que trabalham e estudam na escola pública.

3. Reposição das perdas salariais e fim das provas de mérito

Não basta ficar repetindo essas reivindicações. A experiência já comprovou que pela via da justiça não ar-

rancaremos nossas perdas. O exemplo dos 10,15% fala por si só. O governo conta com a Justiça e com a PEC do Teto para não conceder o reajuste salarial. Os professores só devem contar com a força das ações de rua, greves e outras formas coletivas. O governo insiste na política de divisão do professorado, daí a prova do mérito. Uma parcela, premiada pelo baixo salário, vê na prova do mérito a chance de aumentá-lo, mesmo que seja uma quirela. A Apeoesp tem uma decisão de assembleia contra a prova de mérito, mas, lamentavelmente, não é acatada por todos. Quem sai fortalecido é o governo, que fica desobrigado de reajustar os salários.

Proposta:

Que a assembleia aprove a reposição das perdas salariais para todos os professores (ativos e aposentados). Que reafirme sua posição contra a prova de mérito. Que retome a luta para convencer os professores a não comparecerem ao local das provas, como já foi feito com êxito no momento em que o governo impôs essa excrescência.

4. É hora de transformar a rejeição à reforma do ensino médio e a BNCC em ação direta

Tudo leva a crer que há uma rejeição generalizada em relação à reforma do ensino médio e a BNCC. Trata-se, porém, de um rechaço passivo e corporativo. Isso acaba favorecendo o governo. Não é de hoje que insistimos em que é preciso uma luta nacional. A CNTE se recusa a organizar o movimento em todos os estados, objetivando a greve nacional. Isoladamente, nenhum estado poderá derrotar uma reforma como essa. Ocorre que as direções sindicais desviaram o descontentamento dos trabalhadores da educação e estudantes para o campo das disputas eleitorais. Querem fazer crer que um novo governo eleito, certamente do PT, poderia brear esse processo de implantação da reforma. FALSO! Todos estão comprometidos com a continuidade das reformas. A reforma do ensino médio é parte das diretrizes do capital financeiro, que visa cortes de recursos do Tesouro para a educação, daí o ensino a distância e a privatização.

Proposta:

Que a assembleia aprove um chamado aos sindicatos da educação estaduais e municipais, as entidades estudantis e a CNTE para uma greve nacional da educação, a ser realizada ainda esse ano. Que inicie, desde já, a sua organização a partir do estado de São Paulo.

Companheiros (as), a Apeoesp realizará os Encontros Regionais (31 de outubro) para a eleição de delegados para a Conferência estadual. A Corrente Proletária chama os professores para discutir nossas posições e a constituírem conosco esse agrupamento classista e de luta.